

TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO RIO DOCE-GOIÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).)

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QUANT.	RS MEDIA	RS TOTAL
01	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS IVECO PQK-6A58	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
02	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS IVECO PQK-6A58	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
03	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS IVECO PQK-6A58	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000
04	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS IVECO PQK-6A58	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
05	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS IVECO VOLARE OGX-1866	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
06	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE OGX-1866	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
07	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE OGX-1866	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
08	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE OGX-1866	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
09	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS PRZ-3979	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
10	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS PRZ-3979	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
11	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS PRZ-3979	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
12	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS PRZ -3979	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
13	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6C28	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
14	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6C28	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
15	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6C28	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
16	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6C28	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
17	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6H68	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
18	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6H68	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
19	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6H68	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000



PREFEITURA DE
APARECIDA DO RIO DOCE
O progresso continua!

20	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS NEOBUS RCG-6H68	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
21	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS SCN-6B31	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
22	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS SCN-6B31	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
23	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS SCN-6B31	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
24	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS SCN -6B31	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
25	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS SCN-4B01	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
26	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS SCN-4B01	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
27	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS SCN-4B01	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
28	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS SCN -4B01	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
29	TROCA DE PNEU DO ÔNIBUS ONX-7729	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
30	CONCERTO DE PNEU DO ÔNIBUS ONX-7729	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
31	SERVIÇO DE TIP TOP DO ÔNIBUS ONX-7729	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000
32	TROCA DE BICO DO ÔNIBUS ONX-7729	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
33	TROCA DE PNEU DO ÔNIBUS NKP-4178	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
34	CONCERTO DE PNEU DO ÔNIBUS NKP-4178	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
35	SERVIÇO DE TIP TOP DO ÔNIBUS NKP-4178	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
36	TROCA DE BICO DO ÔNIBUS NKP-4178	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
37	TROCA DE PNEU DA VAN PQJ-1819	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
38	CONCERTO DE PNEU DA VAN PQJ-1819	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
39	SERVIÇO DE TIP TOP DA VAN PQJ-1819	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
40	TROCA DE BICO DA VAN PQJ-1819	SERVIÇO	10,0000	25,0000	250,0000
41	TROCA DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS RCB-5G65	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
42	CONCERTO DE PNEU DO MICRO-ÔNIBUS RCB-5G65	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
43	SERVIÇO DE TIP TOP DO MICRO-ÔNIBUS RCB-5G65	SERVIÇO	10,0000	30,0000	300,0000
44	TROCA DE BICO DO MICRO-ÔNIBUS RCB-5G65	SERVIÇO	10,0000	44,0000	440,0000
45	TROCA DE PNEU DA STRADA SDO-3F75	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000
46	CONCERTO DE PNEU DA STRADA SDO-3F75	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000

47	SERVIÇO DE TIP TOP DA STRADA SDO-3F75	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000
48	TROCA DE BICO DA STRADA SDO-3F75	SERVIÇO	10,0000	20,0000	200,0000
VALOR TOTAL					13.240,0000

1.1. O objeto desta compra não se enquadra como sendo de **bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 469/2023.

1.2. O fornecimento dos serviços de borracharia é enquadrado como continuado, tendo em vista que a manutenção da frota escolar é uma necessidade constante e indispensável para o funcionamento regular da Secretaria Municipal de Educação.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.240,00** (treze mil duzentos e quarenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. (Art. 6º, XXIII, “i” da Lei n. 14.133/2021).

2. VIGENCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

2.2 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, conforme art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

3. REFERENCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES:

1.1. O Estudo Técnico Preliminar está dispensado para a presente contratação, tendo em vista a simplicidade do objeto, e devido ao baixo nível de complexidade da contratação.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A necessidade desta contratação reside na garantia da operacionalidade contínua e segura da frota escolar da Secretaria Municipal de Educação. Os veículos, incluindo ônibus, micro-ônibus, vans, Neobus e Strada, são essenciais para o transporte diário de alunos, e sua manutenção preventiva e corretiva é indispensável.

4.2. A falta de uma empresa especializada em borracharia pode resultar em:

4.2.1. **Veículos inoperantes:** Atrasos e interrupções no transporte escolar, prejudicando o acesso dos alunos à educação.

4.2.2. **Aumento dos riscos de acidentes:** Pneus desgastados ou danificados aumentam a probabilidade de falhas mecânicas, colocando em risco a segurança dos alunos e motoristas.

4.2.3. **Custos elevados com reparos emergenciais:** A falta de manutenção preventiva leva a reparos mais complexos e dispendiosos.

4.2.4. **Dificuldade na gestão da frota:** A ausência de um serviço especializado dificulta o controle e o acompanhamento das manutenções, comprometendo a eficiência da frota.

4.2.5. **Desgaste prematuro dos veículos:** A falta de manutenção adequada reduz a vida útil dos veículos, aumentando os custos de substituição.

4.2.6. **Necessidade de manutenção especializada:** Devido à variedade dos veículos da frota, há a necessidade de se contratar profissionais especializados para realizar a manutenção de cada um deles.

4.3. A contratação de uma empresa especializada assegura que:

- 4.3.1. **Os veículos estejam sempre em perfeitas condições de uso:** Garantindo a segurança e a eficiência do transporte escolar.
- 4.3.2. **A manutenção seja realizada de forma rápida e eficiente:** Minimizando o tempo de inatividade dos veículos.
- 4.3.3. **Os custos com manutenção sejam otimizados:** Através da prevenção e do uso de materiais adequados.
- 4.3.4. **A gestão da frota seja facilitada:** Com registros detalhados das manutenções e reparos realizados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

- 5.1. A solução proposta engloba a contratação de uma empresa especializada em serviços de borracharia, visando atender a todas as necessidades de manutenção e reparo da frota da Secretaria Municipal de Educação ao longo de seu ciclo de vida. Isso inclui desde a manutenção preventiva regular até o pronto atendimento em situações de emergência.
- 5.2. Os aspectos gerais da aquisição compreendem:
 - 5.2.1. **Manutenção Preventiva:** Inspeções periódicas de pneus, câmaras de ar e rodas, incluindo calibragem, rodízio, balanceamento e alinhamento, visando prolongar a vida útil dos componentes e garantir a segurança dos veículos.
 - 5.2.2. **Manutenção Corretiva:** Reparos em pneus furados ou danificados, troca de câmaras de ar, conserto de rodas amassadas ou trincadas, e outros serviços necessários para restaurar a funcionalidade dos componentes.
 - 5.2.3. **Atendimento Emergencial:** Disponibilidade para atendimento imediato em casos de pneus furados ou outros problemas que impossibilitem a circulação dos veículos, minimizando o tempo de inatividade da frota.
 - 5.2.4. **Assistência Técnica:** Orientação e suporte técnico para a equipe da Secretaria em relação à manutenção e uso adequado dos pneus e demais componentes, visando otimizar a vida útil e o desempenho dos veículos.
 - 5.2.5. **Garantia:** Exigência de garantia para todos os serviços prestados e materiais utilizados, assegurando a qualidade e a durabilidade dos reparos.
 - 5.2.6. **Utilização de Materiais de Qualidade:** A empresa contratada deverá utilizar materiais de alta qualidade e equipamentos adequados para cada tipo de veículo, garantindo a eficiência e a segurança dos serviços.
 - 5.2.7. **Registro e Acompanhamento:** A empresa deverá manter registros detalhados de todos os serviços realizados, incluindo datas, serviços executados, materiais utilizados e quilometragem dos veículos, facilitando o acompanhamento e o controle da manutenção da frota.
 - 5.2.8. **Flexibilidade:** A empresa contratada deverá ter a flexibilidade para atender às demandas da secretaria, que podem variar de acordo com a época do ano e a intensidade do uso da frota.
- 5.3. A escolha deste tipo de solução se justifica técnica e economicamente, pois:
 - 5.3.1. Assegura a disponibilidade de serviços especializados e qualificados, garantindo a segurança e a eficiência da frota.
 - 5.3.2. Permite a otimização dos custos de manutenção, através da prevenção e da redução de reparos emergenciais.
 - 5.2.3. Facilita a gestão da frota, através do registro e acompanhamento dos serviços realizados.
 - 5.3.3. Garante o aumento da vida útil dos componentes, através da manutenção adequada e do uso de materiais de qualidade.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21:

6.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 6.1.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*
- 6.1.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas: Tratar-se de fornecimento de pronta entrega*
- 6.1.3. **Qualificação Técnica:**
- 6.1.3.1. **Comprovação de experiência:** *A empresa deve comprovar experiência prévia na prestação de serviços de borracharia para frotas de veículos similares, incluindo ônibus, micro-ônibus e vans. Isso pode ser feito através de atestados de capacidade técnica ou outros documentos equivalentes.*
- 6.1.3.2. **Equipamentos adequados:** *A empresa deve possuir equipamentos adequados para realizar os serviços de manutenção e reparo em todos os tipos de veículos da frota, incluindo equipamentos para balanceamento, alinhamento, montagem e desmontagem de pneus de diferentes tamanhos e modelos.*
- 6.1.3.3. **Profissionais qualificados:** *A empresa deve contar com profissionais qualificados e experientes em serviços de borracharia, com conhecimento técnico para realizar os serviços de forma eficiente e segura.*
- 6.1.4. **Prazos e Condições de Atendimento:**
- 6.1.4.1. **Tempo de resposta:** *A empresa deve garantir um tempo de resposta máximo para atendimento de emergências, visando minimizar o tempo de inatividade dos veículos.*
- 6.1.4.2. **Horário de atendimento:** *A empresa deve oferecer flexibilidade de horários para atendimento, incluindo a possibilidade de atendimento em horários estendidos ou em regime de plantão, se necessário.*
- 6.1.4.3. **Local de atendimento:** *Definir se os serviços serão realizados nas dependências da contratada ou se a mesma deverá ter disponibilidade de atendimento na sede da contratante.*
- 6.1.5. **Obrigações da Contratada:**
- 6.1.5.1. **Utilização de materiais de qualidade:** *A empresa deve utilizar materiais de alta qualidade e com certificação, garantindo a durabilidade e a segurança dos serviços prestados.*
- 6.1.5.2. **Cumprimento das normas de segurança:** *A empresa deve cumprir todas as normas de segurança vigentes, incluindo o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a adoção de medidas para evitar acidentes.*
- 6.1.5.3. **Emissão de documentos:** *A empresa deve emitir notas fiscais e relatórios detalhados de todos os serviços realizados, incluindo informações sobre os serviços executados, os materiais utilizados e a quilometragem dos veículos.*
- 6.1.6. **Sustentabilidade:**
- 6.1.6.1. **Descarte adequado de materiais:** *A empresa deve realizar o descarte adequado de pneus, câmaras de ar e outros materiais descartados, seguindo as normas ambientais vigentes.*
- 6.1.6.2. **Práticas sustentáveis:** *Incentivar a utilização de práticas sustentáveis, como a reciclagem de materiais e o uso de produtos ecologicamente corretos, sempre que possível.*

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 7.1. O prazo de entrega dos serviços será de 7 dias, contados expedição da ordem de Fornecimentos e ou serviços.

7.1.1. Caso não seja possível o a entrega dos produtos na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2. Os serviços de borracharia nos veículos vinculados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação serão executados nas dependências da empresa contratada, localizada no município ou em local que possibilite o atendimento ágil e eficiente, de acordo com a demanda diária.

7.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **3 (TRÊS) MESES**, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **03(três)** dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de **03 (dias)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética- profissional pela perfeita execução do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21):

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa Eletrônica, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta melhor preço

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada nos documentos por ele abrangidos.

10.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação atualizada.

10.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.13. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.14. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na entidade competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, constando, em ambos os casos, documento com a última alteração social, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, constando documento com a última alteração social; ou,
- d) Os Microempreendedores Individuais deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.
- e). Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.15. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/RG);
- b) (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União,
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),
- e) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- f) Certidão emitida pela **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante que comprove regularidade de débitos tributários municipais.
- g) Certidão emitida pela **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante que comprove regularidade de débitos tributários estaduais.

10.16. Para fins de qualificação técnica:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto desta Licitação, mediante a apresentação de atestados técnicos fornecidos por pessoa jurídica de direito público em nome da empresa, que comprovem experiência na execução de serviços (**Atestado de capacidade Técnica**) podendo ser contrato ou empenho.

10.17 DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que não emprega **menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c). Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11. PAGAMENTO: (art. 92, V e VI)

11.1. PREÇO

11.1.1. O valor total aproximado da contratação é de **R\$ 13.240,00** (treze mil duzentos e quarenta reais).

11.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, deslocamento, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12.2. FORMA DE PAGAMENTO

12.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3. PRAZO DE PAGAMENTO

13.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3.3. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

14.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

14.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

14.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo

Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022 para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

14.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

17.1. São obrigações da Contratante:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

17.1.2. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

17.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

17.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado; Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022

17.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

18.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto/serviços, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

18.2. Em cumprimento as suas obrigações, cabe ao fornecedor, além das obrigações e normas regulamentares e listadas no Edital e Termo de Referência:

18.3. Assinar o Contrato.

18.4. Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

18.5. Entregar o objeto desta contratação que lhe forem adjudicados em rigorosa e estreita conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Edital, notadamente neste termo de referência.

18.6. Não transferir a terceiros total ou parcialmente, o objeto deste Termo, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito;

18.7. Informar a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularização do fornecimento;

18.8. Obedecer às normas e especificações constantes do edital e seus anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações, sujeitando – se a adjudicatária no caso de não atendimento dessas normas, as penas estipuladas na cláusula – DAS SANÇÕES, deste edital.

18.9. Manter durante a vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.10. Todas as despesas decorrentes deste objeto, como tributos, deslocamentos, fretes, seguros, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir no preço proposto, será por conta da empresa contratada.

18.11. A Contratada deverá substituir os objetos desse termo de referência, que por ventura forem entregues à Contratante, com defeitos de fabricação ou que apresentarem qualquer adulteração de qualidade, vícios, defeitos, incorreções e características, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados imediatamente após a notificação feita pela Contratante à Contratada.

18.12. A Contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

18.13. A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no momento da entrega dos veículos ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante

18.14. A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes, estando obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo.

18.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

19.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

20.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.5. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

20.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022.

20.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

20.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

20.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

20.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013,

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

20.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

20.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

20.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021).

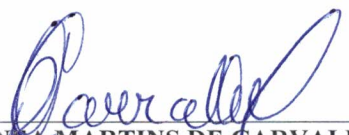
21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

21.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/NATUREZA DA AÇÃO/PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DA DESPESA/FONTE
0321	18.01 FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	12.361.1325.2.059 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	3.3.90.39.00-101 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
0321	18.01 FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	12.361.1325.2.059 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	3.3.90.39.00-115 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

21.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Aparecida do Rio Doce, 12 de março de 2025.



VANEA MARTINS DE CARVALHO
Secretaria Municipal de Educação